



ACÓRDÃO Nº1404/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11603/2021.

Apensos: Processo nº 13600/2020, 11179/2021 e 15453/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI.

4- Exercício: 2020.

5- Responsável: Clemilda da Silva Falcão Nunes (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: não possui.

7- Unidade Técnica: DICERP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 867/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade da Sra. **Clemilda da Silva Falcão Nunes**, Presidente do INPREVI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação à Sra. **Clemilda da Silva Falcão Nunes**, Presidente do INPREVI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº1404/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Ausência de apresentação dos credores e dos motivos para a inscrição em Restos a Pagar Não Processados inscritos em RPP. Saldo em RPNP e RPP, constante do Balanço Financeiro. Saldo genérico na Demonstração das Variações Patrimoniais no Exercício de 2020, em atendimento ao artigo 104 da Lei nº. 4320/1964;
- 10.3.2.** Ausência das justificas dos registros no circulante do Balanço Patrimonial, dos seguintes saldos: a) Ativo: demais créditos e valores a curto prazo; b) Passivo: demais obrigações a curto prazo. Saldos relevantes inscritos no Ativo e Passivo Circulante. Balanço Patrimonial, em atendimento ao artigo 105 da Lei nº. 4320/1964;
- 10.3.3.** Ausência de esclarecimentos sobre o saldo nas contas de passivo, na conta consignações e o saldo na conta de depósitos não judiciais. Saldo na conta consignações e o saldo na conta de depósitos não judiciais nas contas de Passivo do Balanço Patrimonial. Balanço Patrimonial. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- 10.3.4.** Ausência de notas explicativas com informações relevantes de acordo o que descreve o MCASP;
- 10.3.5.** Ausência das Notas Explicativas. Inexistência das Notas Explicativas com informações relevantes. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- 10.3.6.** Ausência de inventário analítico de bens móveis e imóveis. Inexistência de Inventário analítico de bens móveis e imóveis balanço patrimonial. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP de acordo com o artigo 96 da Lei nº. 4320/1964;
- 10.3.7.** Ausência do Plano de Cargos e Salário dos servidores do INPREVI, bem como a ausência de concurso público para o provimento dos cargos. Não apresentação do Plano de Cargos e Salário do órgão em análise. Não apresentação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do INPREVI, de acordo com o artigo 37, inciso II da CF/88; Suposta existência de acumulação de cargos. Relatório emitido pelo E-contas do TCE/AM, de acordo com o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- 10.3.8.** Ausência de justificativas sobre o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2019, firmado em 20/02/2020, que teve



ACÓRDÃO Nº1404/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

como objeto a Prorrogação de Prazo de Vigência por 12 meses, para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Especializada em Contabilidade Pública, com a empresa Record – Processamento e Contabilidade Ltda., uma vez que esse serviço não se enquadra na categoria de Serviços de Prestação Continuada, previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, que são aqueles serviços dos quais a Administração não pode dispor sob pena de comprometimento da continuidade de suas atividades;

10.3.9. Ausência da comprovação de que foi afixada cópia do convite em local apropriado, em cumprimento ao art. 22, §3º, da Lei nº 8.666/93;

10.3.10. Ausência do Ato de designação da Comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo Convite, em cumprimento ao art. 38, III, da Lei nº 8.666/93;

10.3.11. Ausência da pesquisa de preços no mercado que serviu de balizamento para a estimativa do preço contratado, em cumprimento ao art. 40, §2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93;

10.3.12. Ausência de Relatório de Avaliação Atuarial do exercício 2019. Critério Legal: art. 1º, I, da Lei Federal nº 9.717/98;

10.3.13. Saldos retidos e não repassados ao INPREVI Evidência: Comunicação por ofício pela Responsável Critério Legal: art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98;

10.3.14. Ausência de Parecer do Conselho Fiscal na Prestação de Contas Evidência: Declaração de inexistência do Parecer no Relatório Geral. Critério Legal: Res. TCE 27/2013;

10.3.15. Acompanhamento do servidor que atingiu a idade máxima para aposentadoria compulsória. O RPPS não tem adotado providências no sentido de acompanhar o servidor que atingiu a idade máxima para aposentadoria compulsória. Nenhum documento que comprove ações para acompanhar o servidor quanto ao preparo para limitar suas atividades ao atingir a aposentadoria compulsória, de acordo com o artigo 57, caput, da ON SPPS/MPS nº 02/09;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



ACÓRDÃO Nº1404/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição